



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.
Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

DA FAVELA DO CANINDÉ AO CRAS: CAROLINA MARIA DE JESUS NO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR GRUPAL COM MULHERES

Gabriele Cristina de Sirio¹
Rosicler Lemos da Silva²

Resumo: Trata-se de um relato de experiência, construído através da pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo deste trabalho consiste em socializar a experiência das autoras com um grupo de mulheres em acompanhamento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em que se utilizou a história de vida e obra da escritora Carolina Maria de Jesus, para discutir sobre a questão racial no Brasil.

Palavras-chave: Serviço Social. Questão Racial. CRAS. Carolina Maria de Jesus.

Abstract: It is an experience report, built through bibliographical and documentary research. The objective of this work is to socialize the experience of the authors with a group of women in follow-up at the Reference Center of Social Assistance (CRAS), in which the life and work history of writer Carolina Maria de Jesus was used to discuss the racial issue in Brazil.

Keywords: Social Work. Racial Matter. CRAS. Carolina Maria de Jesus.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se a um relato de experiência de suas autoras enquanto assistente social e estagiárias de Serviço Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município de grande porte, localizado no interior do Estado de São Paulo. Possui como objetivo refletir sobre o papel do Serviço Social diante à questão racial brasileira e socializar algumas ações realizadas no CRAS com um grupo de mulheres, em que os encontros foram planejados e desenvolvidos a partir da história de vida e de trechos do livro Quarto do Despejo, escrito por Carolina Maria de Jesus. Para a construção deste relato, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, foram analisados os documentos existentes no CRAS que continham os registros da referida experiência.

A Política de Assistência Social, historicamente, constitui-se como importante espaço sócio-ocupacional da/o assistente social, que comprometidas/os com o Código de

¹ Estudante de Graduação, Universidade Estadual Paulista, E-mail: gabrielesirio.gcds@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista, E-mail: gabrielesirio.gcds@gmail.com.

Ética e com o Projeto Ético-Político Profissional devem empenhar-se “na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 2011, p.23). Uma das bandeiras de luta da categoria profissional é o combate ao racismo, sendo que a atual gestão do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), lançou em 2018 a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” que foi aprovada em no 46º Encontro Nacional CFESS-CRESS, realizado no ano de 2017 em Brasília.

O racismo se expressa de inúmeras formas no cotidiano brasileiro, basta observar os dados oficiais quanto ao desemprego, violência obstétrica, evasão escolar, homicídio, cárcere, entre outros, para constatar que a população negra é a maior atingida. Ainda, são os/as negros/as que compõem majoritariamente o público atendido pela Política de Assistência Social.

No Brasil, a questão social e racial se entrelaçam. Estudos revelam que a maioria pobre é, invariavelmente, negra e, por conseguinte, são os negros os usuários que majoritariamente frequentam a política de assistência social. Diante disso, preocupa-nos observar, que na política de assistência social a questão racial não venha recebendo significativa atenção. Ocorre que, ao assim secundarizar sua atenção, agudiza-se a questão social do negro e obstaculiza-se seu já, acidentado acesso à cidadania. (Amaro, 2005, p.58).

Deste modo, é fundamental que a/o assistente social realize intervenções refletindo com a população atendida não somente sobre as questões de classe social, mas também de raça-etnia e gênero. Contudo, sabe-se da dificuldade da/o referido/a profissional em realizar tal prática, haja vista a invisibilidade da questão racial durante muitos anos pelo Serviço Social. Assim, torna-se imprescindível que esse debate seja contínuo, perpassando tanto a formação acadêmica quanto o aprimoramento profissional, através de capacitações e socializações de ações exitosas sobre a temática.

Acompanhamento Familiar Grupal com Mulheres no CRAS

O CRAS é uma unidade pública estatal responsável pela oferta da proteção social básica, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Seu principal papel é a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste no trabalho social com famílias e indivíduos, visando o desenvolvimento de suas potencialidades e aquisições sociais, além do fortalecimento

de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações continuadas de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2009).

O acompanhamento familiar grupal (AFG) é uma das ações previstas pelo PAIF, objetiva a reflexão crítica com um conjunto de famílias e/ou indivíduos que vivenciam situações semelhantes de desproteção social, a fim de identificar possibilidades de enfrentamento das mesmas. Ainda, deve propiciar o acesso aos serviços públicos e direitos sociais, além de fomentar a autonomia e participação social. De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF – volume 2 (BRASIL, 2012, p.72):

O acompanhamento familiar em grupo prevê: a) a elaboração de um Plano de Acompanhamento Familiar, no qual constarão os objetivos comuns e específicos a serem alcançados pelos participantes, bem como o desenvolvimento do processo de acompanhamento; b) o desenvolvimento de encontros com as famílias reunidas em grupo, por meio de um ou mais representantes, sob a coordenação de um técnico de nível superior da equipe de referência do CRAS, para discussão de temas e realização de reflexões sobre as vulnerabilidades enfrentadas; c) a realização de mediações periódicas com os técnicos, para monitoramento e avaliação do processo de acompanhamento, efetividade da intervenção, ampliação da capacidade protetiva e estabelecimento de novos compromissos, quando for o caso; d) inserção em ações do PAIF, conforme necessidades.

Em dezembro de 2016, a assistente social e as/os estagiárias/os de Serviço Social, iniciaram o acompanhamento familiar grupal com vinte mulheres residentes no território de abrangência do CRAS. Tais mulheres, em sua maioria negras, chefes de família, com filhos pequenos e dependentes, vivenciavam diversas desproteções sociais como desemprego, trabalho esporádico e precarizado, renda insuficiente, insegurança alimentar, moradias precárias e alugadas, entre outras, além da dificuldade de acesso aos serviços públicos. Os encontros acontecem quinzenalmente no CRAS, com duração de uma hora e meia, todas as mulheres possuíam conhecimento de que a ação era um direito e a participação não era obrigatória.

Os temas trabalhados foram identificados a partir da construção coletiva do plano de acompanhamento familiar grupal, sendo que as participantes decidiram coletivamente quais seriam discutidos primeiro. Iniciou-se refletindo sobre o desemprego, posteriormente sobre a dificuldade de convívio e educação dos filhos, sistema penitenciário, racismo e identidade da população negra. Destaca-se que as questões quanto classe social, raça-etnia e gênero, perpassaram todas as discussões realizadas.

Após amplo debate referente ao cárcere, que inclusive culminou na constituição do Conselho da Comunidade do Sistema Penitenciário municipal, o grupo solicitou que se conversasse novamente quanto ao mercado de trabalho, haja vista que todas as integrantes ainda permaneciam desempregadas e/ou realizando trabalhos esporádicos em condições precárias. Assim, refletiu-se sobre a atual crise do capitalismo e o

agravamento da questão social, as próprias participantes verbalizaram que são excluídas do mercado de trabalho devido ao fato de serem mulheres, mães, negras e pobres. Diante de tais falas, a assistente social e as/os estagiárias/os planejaram e desenvolveram alguns encontros no primeiro semestre de 2019, referenciados na história de vida e nas obras da escritora Carolina Maria de Jesus.

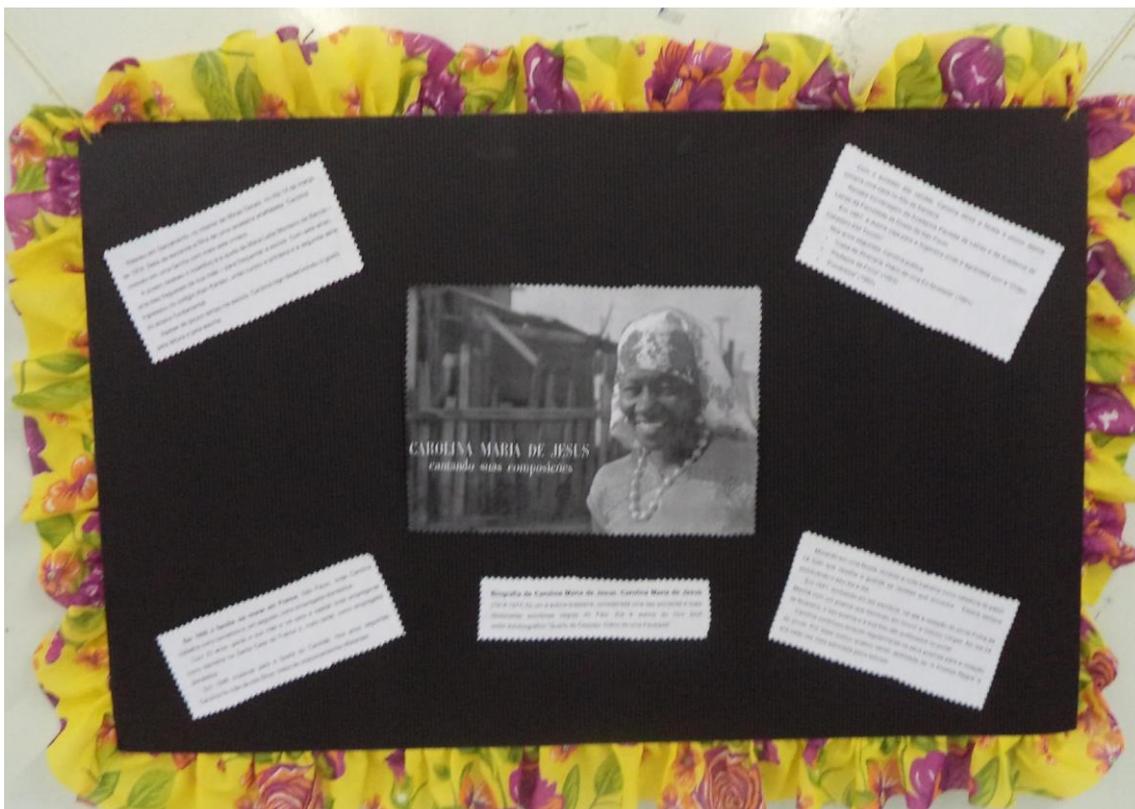
Por que Carolina?

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, periférica, mãe solo e escritora. Carolina, em seu livro " Quarto de despejo - Diário de uma favelada " retrata a fome, o contexto político, a mulher negra, entre outros assuntos:

Carolina é, ao mesmo tempo, narradora e protagonista. Sua fala em primeira pessoa leva o leitor às tapetas da favela do Canindé, em São Paulo, onde a escritora fez do lixo sustento para si e para seus filhos, sempre consciente de sua condição. A edição do livro preservou a realidade de sua escrita, sem adequações à norma culta, com intuito de manter a veracidade e agressividade dos relatos. (LARA, et al. 2016, p.51).

A iniciativa de trazer Carolina Maria de Jesus aos encontros do acompanhamento familiar grupal foi devido a aproximação da vivência dela com as vivências das integrantes do grupo, além da representatividade e da linguagem acessível e não formal da autora. No primeiro encontro, mediado pela assistente social e estagiárias/os de Serviço Social, apresentou-se a história de vida da escritora Carolina Maria de Jesus. Essa apresentação contava com uma biografia, que foi exposta através de um cartaz.

Fotografia 1 – Cartaz com biografia de Carolina Maria de Jesus



Fonte: Relatório do acompanhamento familiar grupal (arquivo CRAS, 2019).

O cartaz supracitado continha informações sobre o nascimento de Carolina em 1914, na cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais. Também foi exposta a trajetória escolar da escritora, que estudou até o segundo ano da Educação Básica. Apresentou-se as migrações de cidade realizadas por Carolina: de Sacramento - MG a Franca - SP, de Franca - SP a São Paulo - SP. Sua passagem pelo município de Franca, em 1930, foi o ponto chave para entender até onde as mulheres do grupo, que moram na cidade há anos, conheciam a história de Carolina Maria de Jesus. A pergunta foi feita: - alguém conhece Carolina Maria de Jesus? - a resposta foi um silêncio profundo. Era esperado que ninguém conhecesse a escritora, haja vista, que a mesma está ganhando visibilidade há pouco tempo e para além disso, o acesso à cultura e à educação de qualidade foi negado a essas mulheres:

[...] se, por passe do milagre, o ensino básico e fundamental melhorasse seus níveis, para que os alunos desse ensino pudessem competir igualmente no vestibular com os oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. (MUNANGA, apud LARA, et al. 2016, p.45).

Dando seqüência ao encontro, foram apresentadas algumas obras de Carolina Maria de Jesus e explicado como o jornalista do Jornal Estadão a encontrou. O retrato da favela, do contexto político, o reconhecimento enquanto mulher negra, despertou o

interesse do grupo em saber mais sobre a Carolina, inclusive o desejo de ler os seus livros. Algumas mulheres perguntaram se não poderia ser disponibilizado o livro da autora. Nesse dia, também as participantes do AFG iniciaram a construção de uma caderneta com o objetivo de despertar o interesse pela escrita, assim como a escritora Carolina Maria de Jesus.

A importância de construir o debate sobre a história e os livros da Carolina Maria de Jesus não se deu apenas através da fala. Foi necessário propor algo visual e palpável. Para o segundo encontro, utilizando a sala onde ocorre o AFG, construiu-se um varal com as passagens do livro “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”.

Fotografia 2 - Varal com passagens do livro “Quarto de despejo - Diário de uma favelada”



Fonte: Relatório do acompanhamento familiar grupal (arquivo CRAS, 2019)

Logo na chegada, as mulheres integrantes do grupo, demonstraram interesse em realizar a leitura individual das passagens do livro expostas no varal. Iniciou-se o encontro propondo as participantes que escolhessem uma passagem do livro e aquelas que quisessem, realizassem a leitura em voz alta. Entre as quinze passagens dispostas no varal, destaca-se uma delas:

13 de Maio. Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. ...Nas prisões os negros eram os bodes expiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. Continua chovendo. E eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim,

mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair. ...Eu tenho tanto dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: – Viva a mamãe! (LITERAFRO, 20??).

Essa passagem evidencia pontos importantes para reflexão - os grilhões da escravidão fixados à população negra até a atualidade:

Se outrora os escravos eram mantidos presos por grilhões de ferro e eram açoitados, muitas vezes até a morte, nos dias atuais podemos perceber uma situação bastante semelhante de forma velada. A senzala que se tornou quarto da empregada, o navio negreiro que se tornou camburão e o capitão do mato que se tornou agente de caça e extermínio com respaldo legal são exemplos já conhecidos dessa nova configuração, que mantém o negro em papéis bem definidos. (LARA, et al. 2016, p.49).

Mesmo entendendo que existem brancos aliados, as perspectivas para população negra têm manifestações altas de vulnerabilidades, assim como a questão da fome destacado pela escritora. Ainda, sobre o segundo encontro do AFG, partindo das leituras dos trechos do livro, iniciou-se às reflexões sobre o contexto político atual, evidenciando a insegurança alimentar das mulheres e de suas famílias e, enquanto um espaço majoritariamente de mulheres negras, foi refletido sobre a condição da população negra frente a atual conjuntura. Dessa forma, proporcionou ao grupo um debate real, um debate que falou a partir das suas vivências, com uma linguagem que possibilitou o entendimento para realizar a troca de conhecimento. Além disso, pontua-se que a reflexão dessas mulheres, segundo Bartholomeu (2018), advém de seus lugares de fala a partir da sua localização social.

Dando continuidade ao encontro, conversou-se de forma mais aprofundada sobre cada passagem do livro, evidenciando o ano da sua escrita, 1960 e a importância dele no momento histórico atual para a população negra. Após a leitura da passagem em que Carolina relata uma situação de racismo, uma das integrantes do grupo, expôs uma situação de discriminação racial em um hospital da cidade – “Lá no hospital eles olharam pra mim e disseram que a minha filha não era a minha, por causa da minha cor”. O espaço do grupo e a leitura propiciaram abertura para as participantes compartilharem suas vivências e se reconhecerem na escrita de Carolina Maria de Jesus. Em um país, onde a grande maioria da população acredita fielmente na democracia racial, se posicionar denunciando um ato de racismo, é se fortalecer entre os seus e dar continuidade a construção da sua identidade apagada por muitos anos pelo Estado através da política de embranquecimento - a necessidade de “clarear a raça”, ou seja, a miscigenação.

Levar Carolina Maria de Jesus ao acompanhamento familiar grupal, reavivou a história da autora, fortaleceu a representatividade da população negra, proporcionou as

lembranças das vivências das próprias mulheres em relação a escrita. Uma integrante verbalizou que: “quando eu estava brava, eu escrevia, hoje não escrevo mais”. Essa mesma integrante colou em sua caderneta o seguinte trecho do livro de Carolina: “Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário”. Portanto, é necessário compreender que trazer a literatura negra para o espaço do grupo, consiste em reforçar e fortalecer a identidade das mulheres negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se discutir sobre a Política de Assistência Social, em especial o CRAS, onde as/os assistentes sociais atuam diretamente com as famílias, é necessário refletir em como a pauta étnico-racial vem sendo tratada. Visto que tal unidade possui como premissa o desenvolvimento de potencialidade, autonomia, empoderamento coletivo e a pertença social.

A pesquisa realizada em 2005 pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL e os Conselhos Regionais de Serviço Social- CRESS, evidenciou o Perfil Profissional da/o Assistente Social no Brasil. Destaca-se que 72,14% das/os assistentes sociais se autodeclararam brancas/os e apenas 20,32% se autodeclararam negras/os. Diante de tal dado, questiona-se qual o impacto desse perfil na prática profissional quando se trata da iniciativa em pautar a questão étnico-racial.

Carolina Maria de Jesus, traz o impacto do racismo no Serviço Social em uma passagem do seu livro “Quarto de despejo – Diário de uma favelada”:

22 de maio. [...] Eu sei que existe brasileiros aqui dentro de São Paulo que sofre mais do que eu. Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido eu carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres. Fui no Palácio, o Palácio mandou-me para a sede na Av. Brigadeiro Luís Antônio. Avenida Brigadeiro me enviou para o Serviço Social da Santa Casa. Falei com a Dona Maria Aparecida que ouviu-me e respondeu-me tantas coisas e não disse nada. Resolvi ir no Palácio e entrei na fila. Falei com o senhor Alcides. Um homem que não é nipônico, mas é amarelo como manteiga deteriorada. Falei com o senhor Alcides: – Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou-me ir na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as condições. – Prende ela! Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. Disse-lhe. – Eu sou pobre, por isso é que vim aqui. Surgiu o Dr. Osvaldo de Barros, o falso filantrópico de São Paulo que está fantasiado de São Vicente de Paula. E disse: – Chama um carro de preso! (LITERAFRO, 20??).

Evidencia-se a discriminação racial e a criminalização da população negra, denunciada na passagem do livro do dia 22 de maio. Torna-se necessário que na prática profissional, no acompanhamento familiar grupal a/o assistente social esteja

disposta/o, comprometida/o com seus princípios éticos, empenhada/o em iniciar a reflexão sobre a questão étnico-racial e a dialogar a partir da realidade das pessoas atendida. No caso do acompanhamento familiar grupal ofertado pelo CRAS, as/os participantes devem se sentir pertencente ao coletivo, em que poderão desenvolver suas potencialidades e suscitar a participação social. Destaca-se a grande responsabilidade dessa/desse profissional com o grupo no processo de emancipação e construção de identidade, pois:

A ausência de conhecimento sobre grupos expressivos e majoritários na assistência, como a população afrodescendente, geralmente tem início na inexistência de “campo” ou indicativo, no formulário de triagem institucional, que informe a situação desse segmento. Sem a “chamada” no cadastro de instituição, sem a leitura crítica do profissional que dá parecer sobre a destinação de recursos (ou sua negativa) a uma família afrodescendente e sem uma clara percepção das consequências desse seu juízo/ação na história de superações e enfrentamentos sociais dessa família, dificilmente pode obter informações precisas ou mesmo aproximadas de sua realidade complexa. (AMARO, 2005, p.68).

Estar alinhada/o e atuante a uma prática profissional antirracista é dever da/o assistente social que lida com as expressões da questão social da população negra. Mesmo não detendo o conhecimento dessa pauta, é necessário que essa/esse profissional se disponha a estudar para não cometer o erro de permanecer em um lugar de conforto e com seus privilégios, enquanto pessoa branca. Mesmo a/o profissional negra/o, deve realizar um estudo aprofundado para entender a realidade distinta da população negra. O jornal El País reforçou os dizeres de Ângela Davis no evento realizado na Universidade Federal da Bahia em 2017 “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Dessa forma a prática profissional, alinhada a pauta da questão étnico-racial, emancipa a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alê. **Ângela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html> Acesso em, 18 de jun. de 2019.

AMARO, Sarita. **A questão racial na Assistência Social: um debate emergente**. In: Serviço Social e Sociedade. Ano XXVI, n. 81, p. 58, p. 68 – 81, mar. 2005.

BARTHOLOMEU, Juliana Stefany Silva. **Resenha “RIBEIRO, Djamila. “O que é lugar de fala?”**. In: Alabastro: revista eletrônica dos discentes da Escola de Sociologia e Política da FESPSP, São Paulo. Ano 7, v.2, n. 11, 2019, p. 73.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 9 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. **Orientações Técnicas sobre o PAIF:** Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, volume 2. Brasília: MDS/SNAS, 2012.4

GRESS, UFAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o estudo do perfil profissional.** Brasília: CFESS, 2005, p.21.

LARA, Bruna; RANGEL, Bruna; MOURA, Gabriela; BARIONI, Paola; MALAQUIAS, Thaysa. **#Meu Amigo Secreto: Feminismo além das redes / [Não Me Kahlo].** -1. Ed. – Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016, p. 45, p.49, p,51.

LITERAFRO. **Portal da literatura afro-brasileira. Carolina Maria de Jesus,13 de maio.** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/24-textos-das-autoras/63-carolina-maria-de-jesus-13-de-maio>>. Acesso em, 02 de jun. de 2019.

LITERAFRO. **Portal da literatura afro-brasileira. Carolina Maria de Jesus,22 de maio.** Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/24-textos-das-autoras/64-carolina-maria-de-jesus-22-de-maio>>. Acesso em, 02 de jun. de 2019.